

*CONTRIBUIÇÃO ÀS MEMÓRIAS
ACADÊMICAS*

A Faculdade de Direito na Arrancada de
9 de Julho de 1932 *

Waldemar Ferreira

Professor Emérito da Faculdade de Direito
da Universidade de São Paulo

Ao discutir-se, em dias de agosto de 1826, na Câmara dos Deputados, o projeto de criação de Cursos Jurídicos em Olinda e em São Paulo, não poucos se opuseram, por motivos diversos, à escolha da cidade que fôra, no amanhecer do Brasil, o burgo anchietano.

Destacou-se, entre os opositores, BERNARDO PEREIRA DE VASCONCELOS, deputado por Minas Gerais, que mais tarde haveria de requerer ao Govêrno Imperial, sem êxito, sua nomeação para lente proprietário de uma das cátedras do Curso Jurídico de São Paulo.

Não lhe parecera, como a outros, que a cidade provinciana se achasse em condições de acolher o estabelecimento de ensino jurídico que se lhe destinara. Se, dizia o deputado mineiro, houvesse em São Paulo cinqüenta ou sessenta estudantes, êstes não teriam onde morar.

Casas de moradia não lhes haveriam de faltar. Se a cidade, que em 1885 OLAVO BILAC — egresso do curso médico do Rio de Janeiro e ingresso no curso jurídico de São Paulo — houvera como “cidade pequena, feia e escura”, em verdade não possuía hospedarias em número suficiente para o acolhimento dos estudantes, isso lhes ensejou as

* Conferência pronunciada em junho de 1957, no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

moradias coletivas tão sugestivamente chamadas de “repúblicas”.

Essas “repúblicas”, que existiram até aos primeiros tempos dêste século (de duas, uma à rua Ipiranga, quase na esquina da rua de São João, e outra à rua Maria Teresa, quase ao largo do Arouche, fui eu “republicano”) e formaram o embrião do espirito acadêmico, que hoje se diria universitário, de que se engalanaram os moços que frequentaram as arcadas do velho Mosteiro de São Francisco — constituíram os focos da formação moral, intelectual e cívica do Brasil, não havia muito erecto em Nação.

Com antevisão de que isso aconteceria, BERNARDO PEREIRA DE VASCONCELOS se manifestou contrário à criação de Cursos Jurídicos em Olinda e em São Paulo. Êle os preferia na Côrte.

“Julgo”, orou o deputado mineiro, “que para a maior liberdade dos mestres e alunos na explicação e desenvolvimento das doutrinas, convém que por enquanto se estabeleçam estas aulas no Rio de Janeiro. Do contrário, não me admiraria se soubesse que o Presidente da Província, onde estivesse o Curso Jurídico, tenha mandado em ferros, para as fortalezas destas Côrtes, os professôres e os estudantes — como republicanos e incendiários”

Não falhou o presentimento.

Teve o deputado, que assim se exprimiu e viria a ser estadista de muito renome, por certo, em mente, que a instalação do Curso Jurídico, afinal localizado, pela lei de 11 de agôsto de 1827, na cidade que fôra a de São Paulo do Campo de Piratininga, viria a provocar a revivescência do espirito autonomista e liberal dos bandeirantes que um dia aclamaram Amador Bueno por seu rei; e, por sua ousadia, quebraram a verticalidade da linha de Tordesilhas, configurando a fisionomia territorial do Brasil.

Temeu o parlamentar que os mestres e estudantes do Curso Jurídico de São Paulo viessem a ser republicanos e incendiários e fôsem um dia mandados em ferros para as fortalezas do Rio de Janeiro; e a temência se converteu em

realidade. Mestres e estudantes foram mandados em ferros para aquelas fortalezas e prisões em 1932; e dali para o exílio em Portugal.

Não tem sido realmente outro o fadário do Curso Jurídico de São Paulo. Seus mestres e estudantes, desde que os mestres foram os próprios estudantes, elevados às cátedras ao pé das quais se formaram, sempre entenderam que a missão histórica daquela casa não seria apenas a de dar ao país profissionais para os quadros da magistratura, do ministério público ou da advocacia, mas acima de tudo a de preparar homens que pudessem enaltecê-lo nas letras, nas artes, na política e na administração pública, convertendo-se em sementeira de políticos e de estadistas, como aconteceu.

De quantos se aproximaram das arcadas franciscanas, nenhum melhor exprimiu o espírito da mocidade que nelas se formou, do que JOAQUIM NABUCO. No colégio, escreveu o tribuno exímio da Abolição, “eu ainda não compreendia nada disto, mas sabia o liberalismo de meu pai, e nesse tempo o que êle dissesse ou pensasse era um dogma para mim: eu não tinha sido ainda invadido pelo espírito de rebeldia e independência, por essa petulância da mocidade, que me fará mais tarde, na Academia, contrapôr as vêzes o meu modo de pensar ao dêle, em lugar de apanhar religiosamente, como eu faria hoje, cada palavra sua”.

Êsse espírito de independência e de liberalismo constituiu ontem, como ainda hoje, o apanágio e o galardão de honra dos jovens senhores do Território Livre do Largo de São Francisco.

Naquele tempo, lembrou o advogado incomparável do Brasil em seus conflitos territoriais, “dominava a Academia, com a sedução de sua palavra e de sua figura, o segundo JOSÉ BONIFÁCIO. Os *leaders* da Academia, FERREIRA DE MENEZES, que, apesar de formado, continuava acadêmico e chefe literário da mocidade; CASTRO ALVES, o poeta republicano de *Gonzaga*, bebiam-lhe as palavras, absorviam-se nele em êxtase. RUY BARBOSA era dessa geração; mas

RUY BARBOSA, “hoje a mais poderosa máquina cerebral do nosso país, que pelo número das rotações e fôrça de vibração faz lembrar os maquinismos que impelem através das ondas os grandes transatlânticos, levou vinte anos a tirar ao minério de seu talento, a temperar e a endurecer, o aço admirável que é agora o seu estilo”.

Assim foi a Academia; assim há de ser: em todos os tempos, liberal. Abolicionista da escravidão, foi federalista e republicana. Abolicionista, o seu lema era o do trabalho livre na terra livre; republicana, era federalista para que São Paulo, autônomo e livre, depois de ter assegurado a integridade territorial do Brasil, pudesse trabalhar para que, com o seu próprio desenvolvimento, êle se convertesse numa grande Nação.

Na República, não se esmoreceu a velha Academia, antes permaneceu atenta e solícita para a salvaguarda de suas próprias conquistas, pelejando para a manutenção de seu alto espírito e a conservação de sua fidelidade a si mesma. Nisso, jamais tergiversou. Quem lhe compulsar a história verificará que, em todos os transes da vida nacional, ela se conservou igual a si mesma. Notícia inexistente de boa causa por que não houvesse batalhado, cônica de seu papel e de seu prestígio.

Estavam a escoar-se os três primeiros lustros dêste século. Vivia-se momento incerto como o que hoje se vive, mas de muito maior gravame em razão de sua amplitude o que ora se passa. Coube, naquele tempo, a um poeta dar o brado de alarma para despertar a consciência cívica da Nação. Não quis porém proferi-lo no deserto. Tendo sido um dos estudantes do velho Mosteiro de São Francisco, bem se apercebeu de que sua palavra de apóstolo em suas arcadas encontrariam ressonância a fim de repercutir em todo o país.

“Uma onda desmoralizadora de desânimo avassala tôdas as almas” — pregou o poeta. Era OLAVO BILAC. “Não há em cada alma a centelha criadora, que é a consciência da fôrça e da bondade; e de alma para alma não

há uma corrente de solidariedade, de crença comum e de entusiasmo, que congregue todo o povo em uma mesma aspiração. Hoje, a indiferença é a lei moral; o interesse próprio é o único incentivo. O “arrivismo” — hediondo estrangeirismo com que se exprime uma enfermidade ainda mais hedionda — epidemia moral, que tende a transformar-se e a enraizar-se como endemia, envenena todo o organismo social e mata todos os germes da dedicação e da fé: cada um quer gozar e viver sòzinho, e crescer, prosperar, brilhar, e enriquecer depressa, seja como fôr, através de tôdas as traições, por cima de todos os escrúpulos. Assim, a comunhão desfaz-se e transforma-se em acampamento bárbaro e mercenário, governado pelo conflito das coisas individuais”.

Eis retratado não o de ontem, mas em verdade o país de hoje: “acampamento bárbaro e mercenário”. Retratando-o, o poeta veio lançar na Academia de São Paulo, que também foi sua, como de outros poetas, a campanha pelo serviço militar obrigatório e generalizado, a fim de substituir o exército profissional que então tínhamos, e convolá-lo em exército cívico, de que coparticipassem todos os brasileiros natos, tanto que atingissem a idade propícia ao serviço militar.

“Desta velha casa”, perorou o poeta, “de entre êstes sagrados muros, que esplendem de tradições venerandas, dêste quase secular viveiro de tribunos e poetas — daqui saíram, em rajadas de heroísmo, em ímpetos de entusiasmo, as duas campanhas gloriosas, que foram coroadas pela vitória da Abolição e da República. Estruja de novo a casa! estremeçam de novo os muros! e de novo palpite e ressoe o aviário canoro, cheio de hinos de combate e de gorgeios de bondade! Inaugurai, moços de São Paulo, a nova campanha!”

E os moços de São Paulo a inauguraram. O paladino chegou no momento oportuno; e venceu. Já estava em preparo, pelos moços das Arcadas, o lançamento de movimento cívico e patriótico. Estava em ebulição a fervedura, a ponto de explosão. Plêiade de moços nisso se empe-

nhavam, alguns já levados, pela lei da morte, para o outro lado da vida, como CLOVIS RIBEIRO, AMADO SARTI PRADO, JOSÉ ALVES CERQUEIRA CESAR NETO, ABELARDO VERGUEIRO CESAR, WALDOMIRO DE ALMEIDA VERGUEIRO, TOMAZ LESSA, JAIRO DE GÓIS, JOAQUIM SAMPAIO VIDAL, ARNALDO VIEIRA DE CARVALHO FILHO, RAUL AFONSO MACHADO, ANTÔNIO CARLOS DE ABREU SODRÉ, MÁRIO BASTOS CRUZ, AMÉRICO DE MOURA, TITO PRATES DA FONSECA e outros. Outros, graças a Deus, ainda vivem e são JÚLIO MESQUITA FILHO, que com CLOVIS RIBEIRO, foi o iniciador do movimento, PRUDENTE DE MORAIS NETO, CRISTIANO ALTENFELDER SILVA, FRANCISCO MESQUITA, ANTÔNIO PEREIRA LIMA, HORÁCIO LAFER, FRANCISCO MALTA CARDOSO, OTÁVIO PARANAGUÁ, CIRO FREITAS VALE, JOSÉ SOARES DE MELO, ERNESTO DE SOUZA CAMPOS, HENRIQUE NEVES LEFÈVRE, CID CASTRO PRADO, AFONSO PAES DE BARROS, VICENTE ANCONA, FRANCISCO ALVES DOS SANTOS FILHO, TEOTÔNIO MONTEIRO DE BARROS FILHO, ORLANDO DE ALMEIDA PRADO, ARTUR SANTOS, JOÃO MENDES NETO, PAULO ARANTES, HENRIQUE VILABOIM, RAFAEL SAMPAIO FILHO, JOSÉ LEONEL DE REZENDE, ARQUIMEDES GUIMARÃES, PAULO NOGUEIRA FILHO, ANTÔNIO FELICIANO, ALBERTO SABOIA e outros.

Três professôres supervisionariam o movimento nacionalista — PEDRO LESSA, REYNALDO PORCHAT e FREDERICO VERGUEIRO STEIDEL.

Sob tais auspícios, a campanha bilaqueana entrou imediatamente em execução, assim que se abriu a inscrição do voluntariado para as manobras do Exército que se realizariam no campo de Gericinó, no Rio de Janeiro. Os quarenta lugares destinados aos voluntários paulistas tiveram que estender-se para tresentos estudantes da Faculdade de Direito, da Escola Politécnica e da Faculdade de Medicina, que vestiram e enobreceram, com o seu entusiasmo e seu ardor cívico, as fardas do Exército Nacional.

Êsse entrosamento dos moços das três casas de ensino superior ensejou a primeira instituição universitária de São Paulo — a Liga Nacionalista, criada em 1917, cuja primeira diretoria se compôs de FREDERICO VERGUEIRO STEIDEL, pro-

fessor da Faculdade de Direito, como presidente; do professor PAULA SOUZA, Diretor da Escola Politécnica, como primeiro vice-presidente; e do professor ARNALDO VIEIRA DE CARVALHO, diretor da Faculdade de Medicina, como segundo vice-presidente. Tocou a tesouraria a um antigo aluno da Faculdade de Direito — JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES; e a secretaria a um estudante, ABELARDO VERGUEIRO CESAR, que lhe deu o dinamismo de seu efficientíssimo entusiasmo de realizador.

Tinha a Liga Nacionalista por programa manter e desenvolver o espírito de solidariedade nacional e a coesão material das unidades federadas, propugnando pela verdade eleitoral por via do voto secreto e obrigatório, combatendo a fraude eleitoral; pelo desenvolvimento do ensino superior, secundário e primário, e profissional; pela difusão, em tôdas as classes sociais, da educação cívica e do culto do patriotismo, exalçando-o; pelo estudo dos problemas condizentes com a prosperidade e dignidade do país; pelo fomento da criação das linhas de tiro; pelo zêlo da boa execução das leis de preparo e organização militar; e pelo aprimoramento do ensino da língua e da história do Brasil e obrigatoriedade de seu ensino nas escolas estrangeiras.

Não é êste o ensejo para fazer a história da atuação da Liga Nacionalista, senão apenas para salientar que, em dois momentos, ela prestou serviços assinalados à população de São Paulo, assistindo-a e socorrendo-a, assim na epidemia da gripe de 1918, como na ocupação de São Paulo pelos revolucionários de 1924, chefiados pelo General ISIDORO DIAS LOPES, que lhe valeu o fechamento, por decreto do então presidente da República — ARTUR BERNARDES.

Desaparecida a Liga Nacionalista, seus membros, em boa parte, lhe recolheram o espólio de idealismo e de atuação cívica e patriótica, concorrendo para a formação do Partido Democrático, em 24 de fevereiro de 1926, na Chácara do Carvalho, a antiga mansão do Conselheiro ANTÔNIO PRADO, que foi seu primeiro presidente, sucedido pelos pro-

fessôres LUÍS BARBOSA DA GAMA CERQUEIRA, FRANCISCO MORATO, JOSÉ JOAQUIM CARDOZO DE MELO NETO e WALDEMAR FERREIRA, da Faculdade de Direito.

Dêse partido, e igualmente do Partido da Mocidade, coparticipou ativamente a mocidade dos cursos superiores de São Paulo, que continuou, por via dêle, a bater-se pela moralização dos nossos costumes políticos, especialmente pela implantação de regime eleitoral que tivesse por base o voto secreto e obrigatório e sua apuração e reconhecimento dos eleitos por justiça especial, que assegurasse a expressão da vontade popular a todo transe.

O ambiente geral do país, naquela fase histórica, insuspeitamente observou JOSÉ MARIA BELO, “era o mais propício às oposições. Se o entusiasmo das massas populares, que acorrem aos *meetings* nos logradouros públicos, era antes de superfície, entusiasmo de multidões prestes sempre a comover-se com palavras e promessas demagógicas, mais sincero se afigurava o apoio das classes que poderiam ser chamadas burguesas, de baixo, médio e, mesmo, alto nível. O regime oligárquico da República, herdado do Império, não permitiria jamais governos de essência popular, o que não impediu, aliás, que, em certos momentos, ao impacto das circunstâncias extraordinárias, alguns dêles — teria sido o caso de FLORIANO PEIXOTO — parecessem simbolizar os sentimentos das grandes maiorias. Desde a campanha civilista de RUY BARBOSA, ter-se-iam acentuado o insulamento e a impopularidade dos governos, agravados fortemente na sucessão de EITÁCIO PESSOA. Os chefes do executivo federal, como os dos Estados, encarnariam os aparelhos de compressão das liberdades públicas e da corrupção política e administrativa, capazes por si só de justificar as revoluções. .”

Não era diverso o sentir da Faculdade de Direito de São Paulo, da qual mestres e estudantes, em boa parte, se empenharam na luta contra aquêle regime. Não tem cabida, neste passo, particularizações que poderiam parecer ociosas. É de lembrar todavia que no embate partidário

daquele momento histórico, nos últimos dias de julho de 1930, o país se emocionou com o assassinio de JOÃO PESSOA, numa confeitaria, no Recife.

Comungando da grande mágua, que enlutou a Nação, os estudantes lhe homenagearam a memória, colocando ao pé da estátua de JOSÉ BANIFÁCIO, o moço, que então se erguia no Largo de São Francisco, um retrato, cercado de flores, do político paraibano, exposto à consagração popular. Foi nos primeiros dias de agosto de 1930. Improvisado comício, em que oraram os estudantes JOSÉ DIAS DE MENEZES, JOÃO BATISTA DE ARRUDA SAMPAIO, LAURO CERQUEIRA CESAR, ROMEU LOURENÇÃO, HENRIQUE BRITO VIANA, FERNANDO DE MARTINO, DARCY MIRANDA, PAULO MARZAGÃO, resolveu o povo desfilar pelas ruas do centro da cidade, levando à frente a bandeira nacional. A isso se opôs a policia. Arrancada pelo delegado a bandeira, seguiu-se tiroteio por parte dela, a que os estudantes responderam com as armas que retiraram da sala de armas da Faculdade de Direito, havendo necessidade da intervenção, solicitada pelo diretor da Faculdade de Direito, de fôrças do Exército, para a cessação do conflito de que resultaram ferimentos e morte.

Os estudantes, naquela emergência, com o apoio dos mestres, com êles solidarizados, agiram com indiferente bravura cívica, que os engrandeceu.

Precipitaram-se acontecimentos políticos de tal monta e de tão grandes reflexos na vida nacional, que o movimento revolucionário de 3 de outubro de 1930 se tornou vitorioso, erguendo novos marcos na trajetória histórica do país.

Dessa revolução participei eu, assim nos labores de sua propaganda, quanto nos de sua eclosão, convencido de que bem cumpria meu dever de cidadão e de patriota, nas fileiras do partido a que pertencia e de que tive a fortuna de ser um dos fundadores e seu derradeiro presidente. A revolução de 1930 se desfechou por imperativo histórico na sua indomável fatalidade; e era inevitável diante dos erros políticos que se haviam acumulado e contra os quais

eu vinha me batendo desde a juventude. Minha palavra pela reconstituição de nossos costumes políticos se fêz ouvir desde os pampas sulinos às regiões adustas do setentrão brasileiro. Orei com o entusiasmo dos convictos e a coragem dos paladinos. Jamais me arrependi daquela pregação cívica, ditada pela sinceridade de minha consciência, amiga fidelíssima, que nunca me traiu. Ainda agora, neste estádio crepuscular de minha vida, ela me premeia com o consolo suavíssimo e reconfortante que o dever cumprido proporciona aos que agiram sempre de boa fé, e com dignidade, como que iluminados de centelha divina.

Não tive, nem tenho do que penitenciar-me. A penitência é o castigo que a consciência impõe aos que, submetendo-se a auto-crítica, reconhecem os seus pecados e por via dela buscam a redenção espiritual. No tumulto de minha carreira política não me sobrou tempo para pecar. Pudesse eu readquirir a energia daqueles dias e certamente tomaria sôbre mim, de novo, as responsabilidades de igual conduta, reerguendo o lábaro das reivindicações contra a situação política do momento que passa, de maior e mais desabusado gravame do que os que me levaram àquela labuta, de que me envaideço.

Idealista, sem ter tido nunca a preocupação de postos e cargos, de riqueza muito menos, senão de encargos e de sacrifícios, eu me engajei no movimento revolucionário de 1930 para a realização dos postulados políticos que aprendi, como estudante, na Faculdade de Direito, e depois de formado, como antigo aluno, me levaram às fileiras da Liga Nacionalista.

As revoluções todavia não correm serenamente como as águas dos rios em seus leitos; e mesmo essas águas, no seu percurso para o rio maior ou para o mar, sofrem anteparos que as fazem borbulhar em cachoeiras, e derramarem-se pelos espriados, formando regiões pantanosas e até pestilentas. Quebradas as barragens da ordem jurídica, as águas revolucionárias subvertem quando inaptas para a purificação.

Quem teria, em 1930, senso divinatório tão arguto para prever que o vitorioso de então, que veio para o governo no embalo da onda revolucionária para a chefia do Governo Provisório da República e se mostrou tão desabusado no seu poderio, quão aplaudido pela turba, que o endeusaram, haveria, êle próprio, por suas próprias mãos, condenado por sua consciência na auto-crítica a que se submeteu, de pôr termo, trágicamente, a sua vida, afogada no mar de lama e de misérias miseráveis em que afundou a Nação, que é nossa, muito mais do que era dêle?

Se o ditador de 1930, que o foi, com interregno de pouco mais de um lustro, até 1954, se penitenciou de seus erros, que foram imensos, e de seus pecados, que foram mortais, flagiciando-se moral e fisicamente — nós outros, os que dêle nos desquitamos logo depois da vitória e o combatemos, de armas nas mãos, aqui estamos agora a bem dizer a Deus por nos ter dado a graça da comemoração de nossa rebeldia, na explosão justa de um povo ferido em sua autonomia e em sua liberdade. Levantemos as mãos ao alto pela beatitude de nossa insurreição gloriosa, dominada, mas invicta!

Desfechamo-la quando, em manifesto de 13 de janeiro de 1932, nos dirigimos, os de meu partido, à Nação, dando as razões de nosso rompimento. “Se é certo”, dissemos, “que a humanidade passa por uma crise universal, não é menos que essa crise se depara agravada por nossos desatinos, precisamente em um país que pelas suas condições excepcionais podia de certo modo forrar-se dos sofrimentos e precariedades que afligem o mundo inteiro. Precisa mudar de rumos a ditadura — a ditadura que em quatorze meses de poderes discricionários não logrou realizar uma obra ou reforma de relevo e que assinala a fase mais estéril que pontilha na história de sua formação. Se perseverar nos enganos e esterilidade de sua visão financeira, econômica e política, o futuro há de fustigá-la em julgamento severo e irrecurável. Entregue-se aos Estados o governo dos Estados; venha a Constituinte e estaremos salvos. Para atingir êste duplo escopo, o Partido Democrático des-

fralda sua bandeira de combate, ao lado do pavilhão de São Paulo e do Brasil, conclamando as energias de seus conterrâneos e patrícios para uma ação conjunta, em defesa da causa comum”.

A repercussão dêsse documento foi imensa: ecoou fundamentalmente em São Paulo, como em todo o país.

Decorrido um mês, os dois partidos, que até então se haviam degladiado na arena política — o Partido Republicano Paulista e o Partido Democrático, esquecendo máguas recíprocas, abafando ressentimentos mútuos, ciosos apenas da restauração da dignidade de São Paulo, se deram as mãos, unindo-se, leal e nobremente. Reitero, nesta noite, aos que foram nossos adversários, nosso reconhecimento pela alta expressão de desprendimento pessoal e de insuperável bravura com que agiram naquele transe: se, de resto, éramos adversários uns dos outros, entre nós existia estima e amisade pessoal que serviu de penhor a nosso entendimento cívico e patriótico.

Aquêles dois partidos, em manifesto comum, de 16 de fevereiro de 1932, anunciaram a “seus correligionários, aos seus conterrâneos e quantos aqui colaboram no desenvolvimento de nossa grandeza moral e econômica, que estava feita a união sagrada dos paulistas em tórno dos dois problemas que envolvem tôdas as nossas esperanças e destinos: a pronta reconstitucionalização do país e a restituição a São Paulo da autonomia de que havia dezesseis meses se achava esbulhado”.

Essa aliança, formada numa única diretriz e disciplina, animada de sentimentos da mais absoluta cordura, lealdade e impavidez, sobretudo sincera, dizia o manifesto do que se chamou — a Frente Única de São Paulo, só havia de repousar ou dissolver-se quando houvesse atingido e plenamente assegurado o duplo e supremo escopo que a todos congregou.

O desiderato era claro e preciso; e para atingí-lo, nós, os paulistas, ficou subentendido, usaríamos de todos os recursos compatíveis com a nossa dignidade. Advertida se

achou a Nação de nosso propósito; e êste sòmente poderia ser alcançado com a conjunção de tôdas as correntes dispersas ou discordantes, que se fraternizassem para conjurar, mercê de esforço comum, o perigo que corríamos na ordem federal e remir São Paulo das aflições que o vinham atormentando.

A jornada reivindicadora, que então se lançou, não podia ser mais de nenhum partido ou agrupamento: requeria o concurso unisono de quantos em São Paulo haviam nascido ou nele conviviam, sem distinção de procedências e de credos religiosos ou políticos; mas reclamava, principalmente, para seu êxito, a ajuda dos moços, com a audácia de sua irreprimível energia.

Êles mais o compreenderam do que adivinharam. O apêlo, a todos dirigido, a êles especialmente se endereçava. Sem seu apoio e concurso nada se realizaria gloriosamente. A mocidade em ação é a posteridade a antecipar-se, juntando o futuro ao presente por um dêses paradoxos frequentes na vida dos povos.

Os estudantes da Faculdade de Direito se puseram em sessão permanente, se assim se pode dizer, do Centro Acadêmico XI de Agôsto, a associação universitária veterana, cujos dias se contam por feitos felizes, que a engrandecem.

Se a recepção dos calouros de 1932 se comemorou com préstito, que percorreu as ruas do centro da cidade, ostentando carros de crítica à situação do govêrno federal e aos seus delegados em São Paulo, as reuniões grupais e públicas se sucederam, em crescendo avassalador.

Já haviam então os estudantes formado a Liga Paulista pró Constituinte, em favor da normalização da vida nacional pela reintegração do país no regime de lei, por via da qual tomaram a iniciativa de comícios inúmeros que empolgaram a opinião pública e se sucediam com grande êxito.

Ganha, pelo povo paulista a jornada de 23 de maio de 1932, com a constituição, pelo Embaixador PEDRO DE TOLEDO, do govêrno do Estado com secretários saídos das

fileiras dos dois partidos que constituíam a Frente Única de São Paulo, o episódio de 9 de julho foi a sua sequência natural e lógica.

Quando a revolução constitucionalista explodiu, a Faculdade de Direito imediatamente se transformou em quartel, tomada que ela foi pela M. M. D. C., a organização secreta que tinha sido a Guarda Paulista, organizada logo depois de 23 de maio. Cada estudante se transformou em soldado. Todos os postos, que haviam sido preparados, na noite de 8 de julho se achavam prontos para as primeiras providências de ordem militar; e os diversos pelotões e companhias confluíram para o Largo de São Francisco, ficando a Faculdade de Direito guardada pela companhia formada no Largo das Perdizes, a primeira militarmente organizada e que foi a que constituiu o 1.º Batalhão da Milícia Civil, colocada sob o comando de um antigo aluno daquela casa, bacharel formado, ROMÃO GOMES, oficial da Fôrça Pública de São Paulo.

Como, em 23 de maio, entre nós se achava um ministro da ditadura — o sr. OSVALDO ARANHA, outro entre nós se encontrava no dia 8 de julho e desde alguns dias hóspede do govêrno — o sr. SALGADO FILHO, cujo nome profiro com o devido respeito, em homenagem a sua memória, um e outro merecedores de minha estima. A presença dêste constituía embaraço, que instava remover, com o seu regresso para o Rio de Janeiro, naquela mesma noite, pelo noturno da Central do Brasil.

As dezessete horas, mais ou menos, distinguiu-me SALGADO FILHO com sua visita, na Secretaria da Justiça e da Segurança Pública. Supus que se achasse cientificado de que nos últimos minutos daquele dia a revolução constitucionalista se declararia. A cidade, desde a manhã, se achava apreensiva, em atmosfera de grandes acontecimentos, no lusco-fusco dos grandes instantes históricos. Minha suposição logo se desfez: o ministro de nada se apercebera; ou se fechara em discrição silenciosa. O que me manifestou êle foi apenas seu agradecimento e de sua Exma. Se-

nhora pelas atenções com que tinham sido distinguidos pelo governo.

Retirando-se, acompanhei-o até ao alto da escadaria do edificio, na qual êle se encontrou com THYRSO MARTINS, saudoso companheiro a quem dedico, nesta referência, a homenagem de meu apreço por sua memória, e meu chefe de polícia, ao qual o ministro reiterou os agradecimentos que me externara.

No meu gabinete, interrogou-me THYRSO MARTINS onde deveria recolher prêso o ministro do Trabalho e quais as instruções que lhe dava a êsse propósito.

— Não, retruquei; não vale a pena prendê-lo, a menos que, até à hora de seu embarque, êle se manifeste de maneira a exigir a prisão. Prêso incômodo será êle, que se acha, de resto, acompanhado de sua Exma. Esposa. Nem será útil sua prisão para a causa revolucionária. Muito melhor será devolvê-lo para o Rio de Janeiro, com as honras de seu alto pôsto.

Com as honras a que tinha direito, embarcou o ministro do Trabalho para o Rio de Janeiro, onde foi ter notícia do surto revolucionário constitucionalista, quando na manhã seguinte lá desembarcou, na Estação Pedro II.

Mal o comboio partiu da Estação do Norte, determinei que todos fôssem tomar conta das missões, que lhes cabiam; e eu rodei para a Faculdade de Direito, onde se preparava a mocidade para o que desse e viesse.

Recebido por ela entre os maiores aplausos e gritos heróicos de insurreição, só então senti que a transmutação se operava, convertendo-me de Secretário da Justiça em Secretário da Guerra, pois que em guerra se convolou o que devera ter sido apenas uma revolução, em poucas horas vitoriosa ou vencida.

Todos os estudantes se entregaram, desde aquela noite, aos misteres de ordem militar; e da Faculdade de Direito partiu no dia seguinte, para o setor que lhe havia sido designado, o primeiro batalhão armado pela M. M. D. C., formado de voluntários, na maior parte estudantes, sob o

comando do Major ROMÃO GOMES, que se revelou cabo de guerra de invulgares qualidades.

Dias depois a Faculdade de Direito cerrou suas portas. Emudeceram-se suas cátedras. As arcadas gloriosas ficaram a aguardar, no seu silêncio monasterial, a volta d'os que tinham partido para a luta pela reconstitucionalização do país e a autonomia de São Paulo!

Dos professôres, um dêles, que, como livre docente, doutrinava direito constitucional e direito internacional, se alistou como soldado razo no batalhão Piratininga. Foi MANUEL FRANCISCO PINTO PEREIRA. Os demais, na retaguarda, cumpriram os seus deveres; e, no dia 11 de agôsto, fizeram chegar, em cada trincheira, autografada, uma saudação, de afeto e de reconhecimento, em palavras simples, mas comovidas, a saber:

“No dia em que se comemora a fundação dos cursos jurídicos, a Congregação da Faculdade de Direito de São Paulo, envia comovidamente aos alunos, de que tanto se orgulha, a sua saudação muito afetuosa e a afirmação de sua confiança inteira na vitória próxima da causa da lei e da liberdade”.

Essa mensagem recebeu a assinatura dos professôres ALCÂNTARA MACHADO, JOÃO ARRUDA, MANOEL PEDRO VILABOIM, CÂNDIDO MOTA, REYNALDO PORCHAT, RAFAEL SAMPAIO, FRANCISCO MORATO, SAMPAIO DORIA, CARDOZO DE MELO NETO, BRAZ ARRUDA, MÁRIO MASAGÃO, WALDEMAR FERREIRA, GAMA CERQUEIRA, NOÉ AZEVEDO, JORGE AMERICANO, LAURENTINO DE AZEVEDO, A. DE ALMEIDA JUNIOR e HONÓRIO MONTEIRO.

Vencida a revolução constitucionalista, tomou o governo deliberação a que ninguém desobedeceu. Nenhum de seus membros, como nenhum dos que mais de perto o auxiliaram, buscaria asilo em consulado ou fugiria a fim de eximir-se das responsabilidades, que lhes cabiam, fôsem quais fôsem. Cada um ficaria em sua casa à disposição da ditadura; mas antes que isso se verificasse, se procedeu ao balanço das despesas feitas, que ficou, em original, arquivado na Secretaria da Fazenda, com esta nota em seu fecho:

“Coletivamente declaramos assumir inteira responsabilidade das despesas constantes desta relação (cujas páginas vão devidamente rubricadas) na importância total de 111.569:299\$ 041 (cento e onze mil quinhentos e sessenta e nove contos, duzentos e noventa e nove mil e quatrocentos réis), tôdas decorrentes da Revolução Constitucionalista de 9 de julho do corrente ano. Palácio do Govêrno do Estado de São Paulo, ao 1 de outubro de 1932 (a), PEDRO DE TOLEDO, WALDEMAR FERREIRA, F. E. DA FONSECA TELES, FRANCISCO DA CUNHA JUNQUEIRA, J. RODRIGUES ALVES SOBRINHO, JOAQUIM A. SAMPAIO VIDAL, PAULO DE MORAES BARROS”.

Dos professôres da Faculdade de Direito, três foram despejados, em 18 de dezembro de 1932, no Cais do Alcântara, em Lisboa, terra de seu exílio — MANOEL PEDRO VILABOIM, FRANCISCO MORATO e WALDEMAR FERREIRA.

Dos antigos alunos e alunos, sete não retornaram às Arcadas, de onde haviam partido, quase todos do Batalhão 14 de Julho, que operou no setor do sul, sob o comando do grande militar que é o Coronel BASÍLIO TABORDA. Os nomes dêsses moços, que com tanta galhardia e bravura se bateram pela reconstitucionalização do país e pela autonomia de São Paulo, estão gravados no mármore do monumento sugestivo que lhes assinala a presença espiritual nas Arcadas, como nomes dignos de respeito e heróis merecedores de consagração imorredoura das gerações que o contemplarem.

JOSÉ MARIA DE AZEVEDO, bacharel recém formado, como CESAR PENA RAMOS, que recebera seu grau dias antes da partida para a frente sulina; e os alunos ARGEMIRO ALVES SILVESTRE, ARI CARNEIRO FERNANDES, NÉLIO BATISTA GUIMARÃES e HERMES DE OLIVEIRA CEZAR, eram paulistas, em cujas veias batia sangue de bandeirante, que os movimentava e levava em busca de seus destinos, com o mesmo desassombro impávido com que seus maiores desbravaram a terra virgem e selvagem, na transposição da linha tordesilhana.

Não era dessa estirpe JOSÉ PREISZ. Alto, espaduado, olhos esverdeados, cabelos alourados, fisionomia de homem

concentrado e enérgico, êle me chamou a atenção, desde que o vi nas minhas aulas. Impressionou-me; e dêle guar-do lembrança que não dissimulo. Vindo de terras longín-quas, estrangeiro, poderia ter ficado estranho à revolução constitucionalista. É que êle trazia em seu íntimo o espí-rito de rebeldia contra a opressão em que sua terra se consumia; e não teve como deixar de bater-se pela auto-nomia da terra que seria a de sua pátria de adoção, ao lado de seus companheiros de estudos jurídicos, com êles formando o seu sentimento de liberdade sob a égide da lei.

JOSÉ PREISZ era húngaro. Sua morte, leio em *Cruzes Paulistas*, “foi trágica e sublime. Morreu combatendo cor-po a corpo com um oficial gaúcho, que também foi ferido. O trágico acontecimento se deu entre Salto Grande e Ou-rinho, à margem do rio Pardo, provàvelmente a 27 ou 28 de setembro”.

Êle se embebeu do alto espírito da Faculdade de Di-reito!

Ponhâmo-nos de pé, um instante, bemdizendo a memó-ria dêsses moços heróicos, cujos nomes engrandecem a história de São Paulo e as tradições das Arcadas de São Francisco!